

DS/Santos entrega abaixo-assinado com adesão de 85% dos fiscais aos administradores locais

“Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; a real tragédia da vida é quando os homens têm medo da luz.”

Platão



- *Abaixo-assinado é entregue durante Assembléia Nacional.....pág. 2
- *Santos aprova paralisação, que deve ser de 48h.....pág. 3
- *Ministro da Fazenda recebeu o Unafisco.....pág. 4
- *Auditores-fiscais doam órteses para crianças.....pág. 6
- *Por pouco, AFRFB não perdem atribuição para Sec. dos Portospág. 7
- *Espaço do Auditor: Reconhecimento da Atividade Risco.....pág. 8

Campanha Salarial

DS/Santos entrega abaixo-assinado com adesão de 85% dos fiscais aos administradores locais



de nossa enorme boa vontade e de que não queremos utilizar de pronto quaisquer outras medidas, fixamos o prazo de 40 dias para as negociações, tempo considerável e suficiente para as idas e vindas dessa fase”, aponta o abaixo-assinado.

Com mais de 85% da assinatura dos AFRFB ativos de Santos, o abaixo-assinado solicitando o apoio dos administradores locais à nossa campanha salarial foi entregue pela DS/Santos ao inspetor da Alfândega, José Guilherme A. de Vasconcelos, na Assembléia Nacional realizada nesta terça-feira, dia 2, que contou com a participação do presidente da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Pedro Delarue.

O documento foi subscrito por cerca de 170 colegas e expressa confiança no instrumento da negociação, sinalizando que os AFRFB de Santos acreditam que a classe possa atingir os seus pleitos por essa via. “Como demonstração

O inspetor acolheu o documento prontificando-se a defender os pleitos da classe na reunião dos administradores da qual estará participando ainda nesta semana, em Brasília.

Delarue destacou no encontro que a DEN vem buscando esgotar todas as vias de negociação antes de falar em paralisação e disse estar consciente de que na zona primária, essencialmente no Porto de Santos, o maior do país, uma greve representa um sacrifício muito grande, contudo, considera o instrumento legítimo. “Temos de lutar para permanecer na 1ª divisão do funcionalismo público”, defendeu.

O abaixo-assinado dirigido também ao delegado da DRF de Santos, Carlos Vinício Nacif, pontua que “diversas carreiras típicas de Estado não utilizaram o expediente da greve, porque, entre outras

razões, tiveram interlocutores que conseguiram construir um diálogo eficiente que redundou nas conquistas almejadas”.

Para o presidente da DS/Santos, Wellington Clemente Feijó, “hoje, o que nos dá respaldo para a negociação é a greve. Será que estamos fadados a viver isso a cada ano? Se a categoria é capaz de se mobilizar sempre para fazer greve, também pode ser organizada para eleger parlamentares em todo país e

termos uma bancada no Congresso Nacional, afinal, vivemos em um Estado Democrático de Direito, onde a negociação deve ser respaldada na correlação de forças entre Executivo e Legislativo”.

A entrega do abaixo-assinado foi noticiada na edição de 04/10 do Boletim Informativo da Nacional. A íntegra do abaixo-assinado pode ser lida em nossa página na internet: www.unafiscosantos.org.br.

Santos aprova 24 horas de paralisação. 48h segue vencendo em nível nacional

Os colegas de Santos presentes à Assembléia Nacional aprovaram a realização de paralisação por 24 horas no dia 25/10, caso o Governo não apresente proposta aceitável para a nossa classe até o próximo dia 23. No restante do país, até o fechamento desta edição, a paralisação de 48 horas vinha sendo aprovada.

Também aprovamos por ampla maioria:

- a utilização do Fundo de Mobilização para cobrir as despesas decorrentes da Campanha Salarial;
- a realização de assembleias conjuntas com a Fenafisp (que representa os ex-AFPS), enquanto perdurar a campanha;
- o calendário de mobilização proposto.

Reivindicação dos AFRFB é destaque no jornal *A Tribuna*

A edição do último domingo, dia 30, do jornal *A Tribuna* destacou na seção Dia a Dia, página A2, a nossa reivindicação pela equiparação salarial com as demais carreiras típicas de Estado e a vinda do presidente da DEN a Santos, um trabalho de nossa assessoria de imprensa. Veja a nota a seguir, publicada em uma das seções mais lidas da publicação, segundo pesquisa entre leitores: “O Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco) aguarda respostas do Governo Federal ao pedido de equiparação salarial dos auditores às demais carreiras típicas. Esse é um dos temas que serão tratados na terça-feira, em Santos, pelo presidente nacional da Unafisco, Pedro Delarue.”

Ministro da Fazenda recebeu o Unafisco, mas não se comprometeu com nivelamento entre carreiras

No último dia 27, por solicitação do Unafisco Sindical, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, recebeu a categoria para tratar da nossa campanha salarial, juntamente com representantes da Anfip, Fenafisp, Sinait e Sindireceita. Desde 2004 a categoria não era recebida por um ministro da Fazenda.

O presidente da DEN, Pedro Delarue, ressaltou no encontro esforço do corpo funcional para atingir as metas de arrecadação estabelecidas pelo Governo. Ele lembrou que, dos R\$ 448 bilhões previstos de arrecadação tributária para 2008, R\$ 18 bilhões não são explicados pelo crescimento da economia, mas sim pelo acréscimo de eficiência da Receita Federal do Brasil (RFB), conforme declarações do secretário Rachid.

Também lembrou que o Conselho Nacional de Justiça entende que somos uma carreira jurídica, por sermos responsáveis, como a Polícia Federal, pelo

preparo de ações penais, ou seja, pela representação fiscal para fins penais, sofrendo o risco de vida em razão disto. “Se

fizemos uma pesquisa, vamos constatar que nos últimos tempos morreram, em razão da atividade que realizam, mais Auditores-Fiscais que delegados da PF”, afirmou ele.

O Unafisco aproveitou o ensejo para apresentar um estudo comparativo entre a arrecadação e os custos da máquina tributária em várias nações. Nos países desenvolvidos, o custo para manutenção da máquina representa, em média, 1,10% do total da arrecadação anual e, nos países em desenvolvimento, esse



percentual gira em torno de 1,21%. No Brasil, contudo, o custeio da máquina representa 0,89% do total arrecadado. Há uma boa margem para essa relação crescer.

O ministro Mantega concordou que deve haver um aumento na remuneração, afirmou que irá buscar uma solução de equilíbrio que aproxime os auditores da realidade salarial de outras categorias que tiveram reajuste recentemente, mas declarou que não pode se comprometer com um nivelamento, que o impacto

financeiro disso seria grande. Delarue destacou que os impactos financeiros de reajustes passados sempre foram absorvidos, com sobras, pelos incrementos de arrecadação, fruto do trabalho dos Auditores-Fiscais.

Delarue disse ainda que a Classe teria uma grande desilusão e desestímulo se não houvesse pelo menos um nivelamento com outras carreiras que são de fato importantes, mas que não podem ser de maneira alguma consideradas mais importantes que a dos Auditores-Fiscais para a consecução das políticas públicas.

Entidades reuniram-se com líder do governo no Senado

Com o intuito de estabelecer interlocutores também no Legislativo, onde a nossa classe não tem representação genuína, no dia 28/09, o Unafisco, juntamente com representantes da Anfip, Fenafisp, Sindireceita e Sinaít, reuniram-se com o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá, para solicitar apoio do parlamentar para a nossa campanha salarial.

O senador afirmou que irá ajudar os Auditores-Fiscais. “Vou

cobrar [do Governo]. É melhor que haja um acordo”, disse Romero Jucá, lembrando que os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil já estiveram entre as carreiras de maior salário no Executivo.

O líder do Governo no Senado colocou-se à disposição para receber os sindicatos nos próximos dias, caso o Executivo continue sem oferecer proposta condizente com a importância dos Auditores-Fiscais para o Estado brasileiro.

Unafisco de Santos.

Auditores-fiscais de Santos doam órteses a cinco crianças com paralisia cerebral



Marlan Gilmar Monteiro tem apenas três anos e sonha em ser jogador de futebol. Portador de paralisia cerebral, quando tentava

andar, levantava o pé e não conseguia prosseguir na marcha. Mas isso começou a mudar no último dia 27, quando Marlan ganhou dos auditores-fiscais de Santos uma órtese bilateral, adquirida com recursos da festa benemérita de posse. Agora, com fisioterapia, Marlan poderá sonhar em andar, correr e, quem sabe, até driblar e marcar gols.

Ele e outras quatro crianças receberam as órteses ao lado de seus familiares, em encontro na Casa da Esperança, o Centro de Reabilitação de Deficientes Físicos e Mentais, onde são



assistidas gratuitamente.

Maria Leticia, de seis anos, já não consegue andar, “mas com a órtese”, explicou a mãe Maria Kelvin, “podemos evitar



que, no futuro, ela tenha algum tipo de deformidade no pé”, explicou.

A Unafisco de Santos adquiriu as órteses na própria oficina da Casa da Esperança. “Assim, auxiliamos duplamente: as crianças, com as órteses, e a Casa da Esperança, que precisa de muita criatividade para suportar os custos mensais de seu trabalho assistencial”, explica Maria Antonieta F. Rodrigues, presidente da Unafisco de Santos, que entregou o cheque para o pagamento



das órteses ao presidente da Casa da Esperança, Lamartine Lélío Burnardo.

Para dar continuidade a essa iniciativa, a Unafisco de Santos precisa de você, associado. Colabore e participe dos nossos eventos beneméritos.

Por pouco...

Executivo vetou dispositivo que transferia atribuição da RFB para Secretaria dos Portos

Depois de passar pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sem sofrer qualquer reparo ou menção, por muito pouco não foi sancionado o dispositivo que transferia da Receita Federal do Brasil para a recém-criada Secretaria dos Portos a responsabilidade pelo controle dos Portos Secos/CLIAS – Centros Logísticos e Industrias Aduaneiros (CLIAS).

Para nossa sorte, ao sancionar a Lei nº 11.518, de 05/09/2007, da Secretaria dos Portos, o presidente da República vetou o inciso 4 do artigo 3º, que fazia a “terceirização” de nossas responsabilidades em torno dos portos secos.

O alerta sobre o problema na lei aprovada pelo Congresso Nacional foi feito pelo inspetor da Alfândega do Porto de Santos, José Guilherme A. de Vasconcelos. Caso

o texto tivesse passado como havia chegado do Congresso Nacional, onde não temos genuína representação parlamentar de nossa classe, a RFB e os AFRFB teriam perdido a atribuição de autorizar e de fiscalizar os CLIAS, os portos secos, abrindo um grave precedente e colocando em xeque a fiscalização no país, pois a precedência de sua realização nos portos, aeroportos e fronteiras secas é da Receita Federal do Brasil, a partir das autoridades constituídas, que somos cada um de nós, Auditores-Fiscais da Receita Federal.

De acordo com a edição de 28/08, do jornal *Valor Econômico*, o governo vetou o dispositivo por entender que havia “um desajuste operacional e institucional entre órgãos oficiais”, referindo-se à RFB e a recém-criada Secretaria dos Portos.

ESPAÇO DA SUGESTÃO!

Este novo espaço é para ser preenchido por você!

A DS/Santos o está criando para que você, associado, tenha a liberdade de expressar as suas sugestões ou idéias a cada edição. Entregue a sua sugestão a um funcionário da DS/Santos, que a encaminhará à Presidência da entidade. Participe!

Espaço do Auditor

- Ester Teicher, AFRFB

Vamos lutar para o reconhecimento da Atividade Risco de nossas atribuições, via constitucional

Uma das bandeiras de luta na campanha salarial, senão a principal, deveria ser a conscientização da importância de nossas atribuições no funcionamento de Estado, que materializadas, deveriam ser inseridas como participes no rol das categorias com direito à atividade risco, enumeradas no art.144 da Constituição, via “PLC”, especialmente pela atribuição de verificar o cumprimento das obrigações de segurança ao consumo, amparada pelo art.504 do decreto 4.543/02, e regulamentada pelo art.29 da Lei 680/06, devendo ser considerada como atividades de segurança pública, como abaixo descrevemos:

Não só agimos, coibindo o contrabando e o descaminho, evitando a pirataria, a lavagem de dinheiro e as importações fraudulentas, mas também em defesa do consumidor e da proteção à indústria nacional, por meio do efetivo controle aduaneiro nos portos, aeroportos e fronteiras, e pelas exigências aos demais órgãos do governo, através de anuências, visando à segurança dos produtos importados aos consumidores, evitando, assim, o risco à vida e à saúde de todos nós.

Evitamos, ainda, as importações fraudulentas, utilizando para tanto procedimentos administrativos, pautados em atos de fiscalização, nos termos dos arts. 65 e 66 da IN/SRF nº206/2002, após constatação de indícios de fraude na importação, independente do início ou término do despacho aduaneiro, ou ainda, do canal de conferência da DI, nos termos do art.23 da IN/SRF 680/06, a exemplo da importação de tênis falsificado, prejudicando a coluna dos consumidores, bonecas e brinquedos, colocando em risco a saúde das crianças, a importação de cabos de aço, prejudicando a segurança dos consumidores, quando utilizado em elevadores (tudo originário da China), e a importação de carnes, frangos e aves, exigindo anuência do MAPA, evitando a peste para a nação.

Cabe acrescentar, a título de ilustração, que a Receita efetuou mais de 50 operações conjuntas com a Polícia Federal, noticiadas pela mídia, com necessidade de recrutamento de grande número de seu pessoal, que se deslocaram estrategicamente até os pontos planejados pela Administração, elevando a nobreza da importância do emblema da entidade, para o funcionamento do Estado. Sem falar nas operações elaboradas separadamente, como as de inteligência, verificando a ocorrência de lavagem de dinheiro público, divulgadas recentemente na revista “VEJA”, após contas terem sido auditadas pela RFB.

E, como representantes do Estado, zelamos pela segurança nacional ao solicitar questionamento aos respectivos órgãos, exercendo a fiscalização e cobrando os acordos bilaterais de mútua cooperação, que já deveriam ser promovidos de forma internacional.

Em muitas das vezes, ao participarmos destas forças tarefas, colocamos em risco nossas vidas em cumprimento do dever legal, seja pela atuação “in loco” com o resultado das apreensões das importações fraudulentas, seja pelo enfrentamento em juízo sem a proteção à testemunha.

Almejamos o respeito da Alta Administração, no pronto atendimento das reivindicações da categoria na campanha salarial e no reconhecimento da atividade risco em nossa Carta Magna, pelas atividades desempenhadas pela categoria como atividades de segurança pública, para sermos também merecedores de aposentadoria especial, a que se refere o art.57 da Lei 8212/91 (do Collor), com direito à gratificação sobre esta atividade risco. Esperamos o apoio e engajamento da categoria, inclusive da administração nesta proposta concreta, que deve ser uma das bandeiras de luta para campanha salarial em prol da valorização profissional.

O texto é de responsabilidade de seu autor e não expressa necessariamente a opinião deste *Boletim*.

Expediente: publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2007/2009. Secretária de Comunicação: Nilva Martinez Martinez. Jomalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).